

## APROFUNDAMENTOS E SUPERFICIALIDADES NA IMPLEMENTAÇÃO DO NOVO ENSINO MÉDIO NO CEARÁ

Marcos da Silva Rocha <sup>1</sup>

Denise Teixeira Marques <sup>2</sup>

Christian Dennys Monteiro de Oliveira <sup>3</sup>

### RESUMO

Este texto analisa de forma crítica a irreformável reforma do ensino médio em curso no Brasil. A realidade problemática posta em relevo neste artigo se agrava com a Medida Provisória n. 746 de 2016 que depois é convertida na Lei n. 13.415/2017 (BRASIL, 2017) e tem como objetivo construir um novo modelo de ensino médio no Brasil a partir de argumentos falaciosos e com inúmeros interesses corporativos como pano de fundo. Este artigo analisa o processo de implementação e os desdobramentos do Novo Ensino Médio no estado do Ceará, os resultados preliminares apresentados a seguir se constroem a partir da avaliação de planos, ações e encaminhamentos que a rede cearense de educação propôs para dar início, nas diferentes modalidades de escola, ao novo regime, a partir do ano letivo de 2022. Tomando em consideração que o Novo Ensino Médio levará três anos para sua implementação nas três séries, a análise aqui apresentada debruça-se sobre os dois primeiros anos ao observar, avaliar e construir um panorama desta implementação gradual. Os tópicos do artigo apresentam os principais conceitos e paradigmas utilizados e documentos analisados, assim como o modo que se constituiu a conversa com os atores educacionais envolvidos neste processo. A seguir, os resultados preliminares tecem as primeiras reflexões sobre a implementação do Novo Ensino Médio na rede cearense de educação, discutimos suas limitações institucionais e pedagógicas, sobretudo as profundas superficialidades travestidas de aprofundamentos nas áreas de conhecimento.

**Palavras-chave:** Ensino Médio; Política educacional; Educação básica; Política pública.

### ABSTRACT

This text critically analyzes the unreformable high school reform underway in Brazil. The problematic reality highlighted in this article is exacerbated by Provisional Measure No. 746 of 2016, which was later converted into Law No. 13,415/2017 (BRASIL, 2017) and aims to build a new model of high school in Brazil based on fallacious arguments and with numerous corporate interests as a backdrop. This article analyzes the implementation process and the developments of the New High School in the state of Ceará. The preliminary results presented below are based on the evaluation of plans, actions, and referrals that the Ceará education network proposed to start, in the different school modalities, the new regime, from the 2022 school year. Taking into account that the New High School will take three years to be implemented in the three grades, the analysis presented here focuses on the first two years by observing, evaluating, and building a panorama of this gradual implementation. The topics of the

<sup>1</sup> Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará – UFC, [marco.s.rocha@hotmail.com](mailto:marco.s.rocha@hotmail.com);

<sup>2</sup> Mestre em Linguística Aplicada pelo Programa de Pós-graduação em Linguística Aplicada da Universidade Estadual do Ceará – UECE. [denise.marques@prof.ce.gov.br](mailto:denise.marques@prof.ce.gov.br);

<sup>3</sup> Pós-Doutor em Geografia Humana pela Universidade de Sevilha (Espanha - 2011); e, em Turismo Cultural, pela Universidade de São Paulo (Brasil - 2005). Doutor (1999) e Mestre (1993) em Geografia Humana (FFLCH-USP)., [cdennys@gmail.com](mailto:cdennys@gmail.com);

article present the main concepts and paradigms used and documents analyzed, as well as the way in which the conversation with the educational actors involved in this process was constituted. Next, the preliminary results weave the first reflections on the implementation of the New High School in the Ceará education network, we discuss its institutional and pedagogical limitations, especially the profound superficialities disguised as deepening in the areas of knowledge.

**Keywords:** High school; Educational policy; Basic education; Public policy.

## INTRODUÇÃO

Neste texto, analisamos de forma crítica a irreformável reforma do ensino médio em curso no Brasil. A realidade problemática posta em relevo neste artigo agrava-se com a Medida Provisória n. 746 de 2016 que foi convertida na Lei n. 13.415/2017 (BRASIL, 2017) e tem como objetivo construir um novo modelo de ensino médio no Brasil a partir de argumentos falaciosos e com inúmeros interesses corporativos como pano de fundo. Nesta análise, evidenciamos, por meio de um tratamento metodológico documental, o processo de implementação e os desdobramentos do Novo Ensino Médio (doravante NEM) no estado do Ceará. Os resultados preliminares apresentados constroem-se a partir da avaliação de planos, ações e encaminhamentos que a rede cearense de educação propôs para dar início, nas diferentes modalidades de escola, ao novo regime, a partir do ano letivo de 2022. Tomando em consideração que o Novo Ensino Médio levará três anos para sua implementação nas três séries, a análise aqui apresentada debruça-se sobre os dois primeiros anos ao observar, avaliar e construir um panorama desta implementação gradual.

É importante destacar que nossa abordagem enfoca uma discussão teórico-bibliográfica, crítica e conceitual com exemplos empíricos pontuais e estabelece um diálogo com atores essenciais do fazer educativo sobre os principais documentos orientadores para a implementação do Novo Ensino Médio encaminhados pelo Ministério da Educação. Quanto aos documentos, inclui-se a Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 2018), bem como a análise das ações propostas pela Secretaria Estadual de Educação do Ceará – SEDUC/CE, o Documento Curricular Referencial do Ceará – DCRC/CE (CEARÁ, 2021).

Revelar discontinuidades e apontar superficialidades dos currículos construídos é uma das espinhas dorsais deste artigo, pois as matrizes e documentos curriculares que fornecem as bases para pensar itinerários formativos – um dos núcleos do novo ensino médio – se multiplicaram nos últimos três anos, no entanto, a interpretação destes documentos ficou a cargo das secretarias de educação estaduais. Neste sentido, nem todas as diretrizes propostas para as escolas, gestões e professores correspondem ao que se pensou dentro dos gabinetes do

Ministério da Educação – MEC. A análise permite também debater o recente projeto de Lei Nº 5230/2023 que reedita o Ensino Médio em nosso país, atendendo às pressões das comunidades escolares, acadêmicas e sociais pela revogação da proposta implementada pela Lei de 2017 (Folha, 2023).

Uma leitura crítica da realidade corporativa-empresarial (ALBUQUERQUE, 2021) que influencia fortemente as decisões do MEC – em contemporâneas e passadas gestões – também merece destaque dentro do panorama construído, sobretudo quando tal realidade influenciam diretamente os abismos formados entre a escola pública e a privada no Brasil e as lacunas na formação dos docentes brasileiros (CÁSSIO, GOULART, 2022).

Os tópicos a seguir apresentam os principais conceitos e paradigmas utilizados e documentos analisados, assim como o modo que se constituiu a conversa com os atores educacionais envolvidos neste processo. A seguir, os resultados preliminares tecem as primeiras reflexões sobre a implementação do Novo Ensino Médio na rede cearense de educação, discutimos suas limitações institucionais e pedagógicas, sobretudo as profundas superficialidades travestidas de aprofundamentos nas áreas de conhecimento.

## 2 METODOLOGIA

Os resultados e discussões apresentados neste texto estão assentados em uma leitura crítica da realidade a partir de uma abordagem qualitativa (PÉREZ, 2012) dos fatos, conceitos e processos analisados e neste sentido é fundamental destacar que

o objetivo central de uma pesquisa qualitativa de corte crítico transcende a explicação, a predição, o controle ou a verificação de hipóteses, aspectos característicos da pesquisa quantitativa. diferentemente, a perspectiva qualitativa busca a compreensão das situações educacionais em determinados contextos sócio-históricos, e visa favorecer mudanças orientadas à emancipação dos sujeitos envolvidos (PÉREZ, 2012, p. 140).

Analisar, no entanto, a realidade de forma crítica não dispensa o pesquisador do uso de instrumentos metodológicos que permitam a captura de dados primários através de procedimentos tradicionais. Neste sentido, etapa metodológica fundamental da nossa metodologia é a análise documental da Portaria de lotação para o ano de 2022, diretriz fundamental para a implementação, haja vista que publiciza orientações de caráter mais prático a respeito da distribuição de carga-horária de docentes, do rearranjo de projetos já existentes na rede e propostas de arquitetura para o ano letivo em questão – o primeiro ano da transição de modelo. O referencial teórico estrutura-se a partir do diálogo com autores que debatem criticamente a gestão da educação no Brasil e seus principais documentos norteadores.

Nesse sentido, nossa discussão dialoga com obras de Fernando Cássio (2018, 2019), Eduardo Donizeti Giroto e Ana Paula Corti (2019), entre outros. Isso porque é fundamental discutirmos criticamente o papel que as políticas neoliberais têm na educação brasileira, sobretudo na reforma do ensino médio (ALBUQUERQUE, 2021). Além disso, compreender a trajetória do ensino médio brasileiro, entre avanços e retrocessos, é parte fundamental desta metodologia, pois só assim podemos entender como o desenvolvimento da última etapa do ensino básico em nosso país sempre foi reflexo dos interesses dominantes que, em certa medida, misturam-se aos discursos de personagens públicas que tomam as decisões do campo educacional, entendimentos esses congruentes aos dos autores anteriormente citados. É dessa forma que consideramos que

a BNCC já vem induzindo uma cadeia de reformas nas redes estaduais e municipais de ensino, onde novas políticas de currículo estão sendo formuladas a toque de caixa, a despeito de a Base para o ensino médio não ter sido sequer aprovada. (CÁSSIO, 2018, p. 240)

Além de uma fundamentação que assuma a crítica às influências neoliberais na educação brasileira, como dito, o diálogo com os principais atores educacionais também se faz de profunda importância. Afinal, não podemos correr o risco de cometer os mesmos erros dos reformadores educacionais brasileiros e discutir os rumos da educação brasileira sem considerar a voz de quem está dentro das escolas brasileiras: os professores e os gestores escolares. Dessa forma, por meio de ações que estabelecem também um diálogo com esses profissionais, personagens diretamente afetados pela reforma, construímos um caminho metodológico a fim de obter resultados pautados a partir da triangulação de três dados principais: i) a análise dos documentos referenciais nacionais; ii) os planos, projetos e diretrizes construídas pela rede cearense de educação; e iii) as percepções, anseios e proposições dos docentes e gestores em atividade.

## **2.1 Instrumento de pesquisa**

Em relação à obtenção de dados referentes às percepções de docentes e gestores sobre a implementação do Novo Ensino Médio no contexto cearense da rede estadual de educação, realizamos e aplicamos um questionário desenvolvido na plataforma do Google Forms, por ser um suporte coerente aos objetivos os quais delineamos. Por meio dessa ferramenta, o questionário configurou-se como um instrumento de pesquisa e foi composto de 17 perguntas organizadas em quatro eixos temáticos (ou seções).

O primeiro eixo foi voltado para um levantamento de perfil do profissional da escola; o segundo delimitou-se às questões sobre o processo de implementação do NEM; o terceiro eixo, por sua vez, questionou os participantes acerca da rotina escolar e dos documentos que orientam e fundamentam essa rotina; e, por fim, o quarto eixo voltou-se para a geração de dados que evidenciassem as reflexões quanto ao futuro do NEM. Assim, foram abordados tópicos como área de atuação; influência da pandemia e do contexto de ensino remoto para a implementação do NEM; nível de satisfação com a nova rotina implementada; avaliação das formações etc.

### **3 UM NOVO ENSINO MÉDIO METEÓRICO EM SOLO CEARENSE**

É fundamental situar e descrever o contexto de formulação da proposta de um Novo Ensino Médio no Ceará, considerando o período em que esse processo se deu, sobretudo na segunda metade do ano de 2021 — ainda antes do retorno presencial efetivo das escolas da rede — quando boa parte das discussões eram realizadas de forma virtual. Sendo assim, vídeos, seminários, mesas redondas e outros tipos de comunicação passaram a circular — e ainda permanecem na rede — e ajudaram os educadores cearenses a se situar em relação às mudanças que viriam.

Por outro lado, essas comunicações também servem para nos dar a dimensão da celeridade que o processo de implementação no Ceará teve de assumir, tendo em vista a forma normativa que a SEDUC-CE impôs as mudanças para o início do ano letivo de 2022, apesar de ter pontuado em outrora a possibilidade de tais mudanças serem adiadas devido às consequências da pandemia e que, no entanto, não foram. Essas falas podem ser encontradas em inúmeros vídeos disponibilizados à época, como no registro do encontro virtual intitulado "O Novo Ensino Médio No Contexto Cearense", promovido pela Unilab<sup>4</sup>, que contou com a presença de Iane Nobre, encarregada pela Coordenadoria de Gestão Pedagógica do Ensino Médio – COGEM, explicando o início do processo de implementação no Ceará. Além deste, inúmeros outros vídeos da mesma natureza e conteúdo podem ser localizados nas plataformas digitais como o *YouTube* e o *Instagram*.

Para reverter a situação de atraso nas discussões sobre a efetivação da nova grade a partir do ano de 2022, professores e gestores também viram surgir, ao final de 2021, um curso (Figura 1) organizado e promovido pela coordenadoria mencionada anteriormente que visava explicar para representantes de todas as unidades escolares do Ceará os conceitos basilares

---

<sup>4</sup> Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=JR1JZZruYFA>>. Acesso em 10 nov. 2023.

sobre a nova arquitetura — palavra que também se popularizou no período — que as turmas (de estudantes e professores) da primeira série do ensino médio iriam ter contato ao início de 2022. Seis representantes de cada unidade escolar fizeram o curso, contemplando gestores e docentes. Fato interessante sobre o curso é que os materiais utilizados para embasar as discussões e atividades eram da plataforma "Nosso Ensino Médio", ligada aos institutos Reúna e Iungo e o banco Itaú.

**Figura 1** - Material da formação para implementação do Novo Ensino Médio.

**Estrutura**

**Módulo I - Introdução ao Novo Ensino Médio**

**COMPONENTES COMUNS**

- O que há de novo no ensino médio
- A escola do Ensino Médio, os jovens e seus projetos de vida
- O educador do Ensino Médio: competências e práticas
- O lugar da avaliação

**ELETIVAS**

- Convite à Comunidade de Aprendizagem
- Projeto de vida: Educadores e seus projetos de vida
- Cultura Digital
- Mundo do Trabalho no Ensino Médio
- Projeto de vida na escola
- Diversidade e inclusão na escola

**Módulo II - Aprofundamento**

**Gestores**

- Ser Gestor escolar no Ensino Médio
- Formação continuada na escola

**Professores**

- Núcleo de autoria e criação docente
- Integração curricular

**Módulo III - O NEM na rede estadual de ensino de CE**

**COMPONENTES COMUNS**

- O contexto da implementação do Novo Ensino Médio no Ceará - Brevê histórico
- O ensino por competências e a formação integral dos estudantes
- Arquitetura Curricular do Novo Ensino Médio no Ceará (Modalidades de escolas)

**Gestores**

- Construindo a arquitetura curricular de 2022

**Professores**

- Matrizes, PHLD e o papel da avaliação

**Cronograma**

ITEM	AÇÃO	DATA INICIAL	DATA FINAL
1	Webinar de abertura	08/10/2021	08/10/2021
2	Módulo I	04/10/2021	13/10/2021
3	Módulo II	14/10/2021	26/10/2021
4	Módulo III	27/10/2021	09/12/2021
5	Encontro síncrono 1	03/11/2021	03/11/2021
6	Encontro síncrono 2	12/11/2021	12/11/2021
7	Encontro síncrono 3	03/12/2021	03/12/2021
8	Seminário de encerramento do curso	10/12/2021	10/12/2021

**Avaced**

**Módulo II - autoinstrucional**

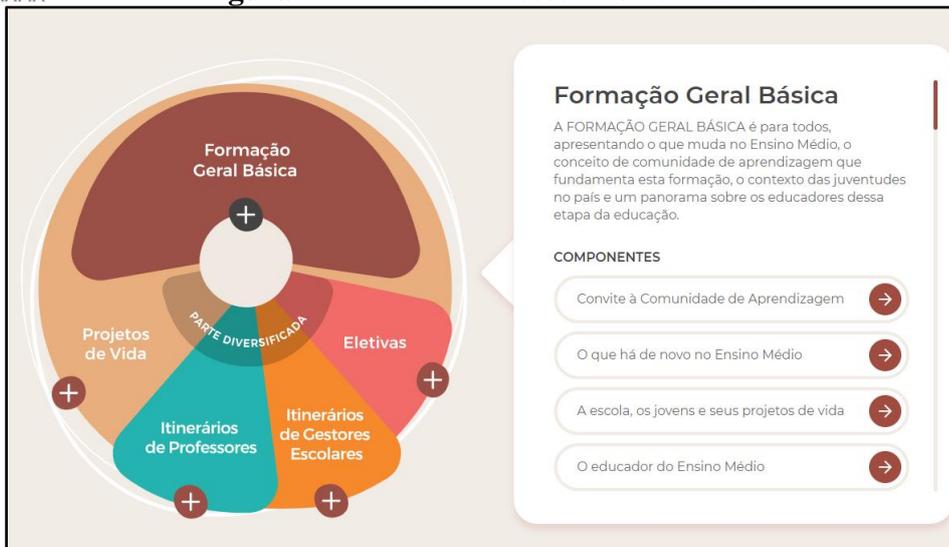
- Núcleo de autoria e criação docente - 1. Introdução Núcleo de autoria e criação.
- Núcleo de autoria e criação docente - 2. Projeto de Vida
- Núcleo de autoria e criação docente - 3. Aprofundamentos
- Núcleo de autoria e criação docente - 4. Eletivas
- Integração Curricular - Integração curricular: o que, porque e como?
- Linguagem e suas Tecnologias
- Educação Profissional e Tecnológica
- Teste Módulo II

Fonte: Elaboração dos autores (2023). Base de dados da SEDUC/CE.

Na figura anteposta, chama atenção a presença dos logotipos do Instituto Reúna e do Instituto Unibanco ao lado dos programas institucionais da rede cearense de educação, como o Programa Cientista Chefe e o Ceará Educa Mais. Outros destaques importantes são o cronograma na terceira imagem que comprime todo o processo de formação dentro de dois meses e os materiais disponibilizados no ambiente virtual de aprendizagem vinculados ao Nosso Ensino Médio (Figura 2).



**Figura 2 - Plataforma Nosso Ensino Médio.**



Fonte: <https://nossoensinomedio.org.br/>

A plataforma Nosso Ensino Médio traz um vasto material sobre as principais diretrizes para a implementação de novos currículos de Ensino Médio, sendo um programa alinhado à BNCC quanto à formação continuada de educadores. Apesar da boa intenção, sabe-se dos riscos que os recursos públicos correm quanto tais instintos e fundações passam a tomar a dianteira nestes processos. A própria qualidade da educação pública no Brasil é ameaçada quando os representantes do neoliberalismo aplicado ao mundo educacional passam a pautar a educação pública brasileira nesta simbiose entre Estado e mercado (MELO, 2022).

### 3.1 Gambiarras educacionais: a pulverização de siglas na tocada do processo

Há um imaginário social construído nacionalmente sobre os positivos resultados educacionais do Ceará. Assim como metaforiza Demo (2021), também compreendemos que o Ceará, conforme tal imaginário, é mesmo “a terra prometida da educação básica pública brasileira”. De fato, o estado consegue bons números nas métricas estabelecidas pelas avaliações externas e é palco de inúmeras experiências inovadoras em educação.

Assim, os resultados dessas avaliações externas são uma das formas mais imediatas de conferir a vantagem cearense frente às notas obtidas nos demais estados brasileiros. Nessa perspectiva, nota-se, por exemplo, que os dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (2022), publicados em referência ao ano de 2021, evidenciaram uma discrepância positiva dos resultados do Ceará, sendo sujeita a admirações e a curiosas análises sobre qual o caminho mais adequado para se obter bons resultados nos Anos Iniciais, Finais da rede pública

de ensino tal qual os solos alencarininos obtêm. Tais admirações e curiosidades ignoram, por sua vez, resultados mais baixos do Ensino Médio cearense em contraponto aos obtidos nos anos anteriores (Iniciais e Finais), o que contribui para a permanência de um imaginário que considera a excelência de resultados da rede pública em sua totalidade. Essa noção um pouco fantasiosa ignora, também, que tais índices

são indicadores apenas pedagógicos, não refletindo contextos muito importantes da aprendizagem escolar, como é a pobreza dos estudantes e outros fatores ditos externos, como infraestrutura escolar, valorização profissional docente, apoios tecnológicos etc. Aprendizagem é fenômeno complexo que precisa ser visto por todos os lados, em todas as dimensões, de dentro e de fora. Sobretudo, não é produto de aula, embora a escola tenda a só oferecer aula (copiada para ser copiada) e tenha resultados, em geral, dramaticamente insuficientes, mormente no ensino médio (EM). (DEMO, 2022)

Com isso, ao se apegar a notas de provas externas, como as notas obtidas por meio da Prova Brasil junto ao fluxo escolar, alguns aspectos significativos são marginalizados para uma discussão efetiva e eficiente sobre processos reais e situados de aprendizagem. Em outras palavras, no contexto cearense, foca-se em produtos gerados a partir dos mais diversos contextos de aplicação de provas externas e ignora-se a conjuntura concreta da sala de aula de cada escola, fato este que facilitou a implementação do NEM na rede cearense no ano de 2022. Assim, apesar da ausência de estruturas e apesar da demasiadamente apressada formação realizada com gestores e com uma pequena parte do professorado de cada escola, a SEDUC/CE conseguiu realizar uma “gambiarra educacional” para fazer com que o NEM “pegasse no tranco” no início do ano letivo de 2022.

Ora, se há um imaginário que legitima a excelência educacional do Ceará, conseqüentemente, toda gambiarra mascarada de boa intenção consegue um passe-livre para tentar se firmar na rotina curricular. Dessa maneira, quanto à gambiarra oriunda das decisões apressadas da Secretaria, a título de exemplo, uma das ações para implementação do NEM no estado voltado para o Projeto Professor Diretor de Turma (PPDT), programa que se tornou responsável pela condução da unidade curricular “Projeto de Vida” – parte integrante do currículo do NEM. Além disso, o catálogo de disciplinas eletivas já utilizadas nas escolas de tempo integral foram reaproveitadas para todas as escolas, afinal disciplinas eletivas também estavam previstas no arcabouço de “novidades” da reforma. Estes são dois exemplos (entre tantos) de como ocorreu e permanece ocorrendo o processo de implementação da reforma no Ceará.

A insatisfação com a reforma pode ser notada em escolas, em espaços de formação e em movimentos políticos em prol de melhorias de condições de trabalho e cumprimento do piso salarial são perceptíveis, isto é, não se fala de outro coisa: o novo ensino médio veio para piorar

rotina escolar. Neste contexto, os professores ainda costumam escutar dos defensores da reforma que as críticas ao novo modelo se pautam no “medo do novo”, porém é importante pontuar que a aversão à forma como a reforma está sendo implementada que joga toda a responsabilidade em cima do currículo e ignora problemas estruturais, sociais e democráticos na condução do projeto de educação da rede de educação do Ceará. Afinal, boa parte dos materiais produzidos estão envoltos da lógica neoliberal, como chama atenção Fernando Cássio e Débora Goulart

no caso do NEM, os atores privados sempre estiveram sentados dos dois lados do balcão: como formuladores/as e disseminadores/as da política educacional, na qualidade de ‘sociedade civil’ benemerente e interessada na melhoria da educação nacional; e como implementadores/as e executores/as da política nas redes públicas, na qualidade de ‘parceiros/ as’ dos governos estaduais e fornecendo quadros burocráticos para a gestão direta das secretarias de educação. (CÁSSIO, GOULART, 2022, p. 288)

Entre as decisões tomadas nessa lógica dominante, há uma que trouxe novidades para o início do ano letivo de 2023: os estudantes que haviam iniciado seu ensino médio em 2022 (junto à implementação) e que estão na 2ª série do Ensino Médio deverão cursar o núcleo dos itinerários formativos, as chamadas trilhas de aprofundamento. A SEDUC/CE disponibilizou um catálogo para que os professores e gestores distribuíssem e organizassem os trabalhos neste segundo ano. No entanto, uma perceptível descontinuidade revelou-se, pois os catálogos disponibilizados desconsideram a discussão acumulada que já estava presente no DCRC (Ceará, 2021) e que trazia novos objetivos, objetos de conhecimentos e habilidades específicas, sem sequer trazer um texto de apresentação que justificasse escolhas ou facilitasse a utilização por parte dos profissionais da educação.

O exemplo mais gritante desta descontinuidade entre o que a SEDUC estava programando antes da implementação e o que de fato foi implementado a partir de 2022 revela-se na comparação entre os itinerários formativos propostos (e suas respectivas trilhas de aprofundamento) e os que de fato foram executados a partir de 2023, segundo ano da implementação e, portanto, ano em que os estudantes cursaram as trilhas de aprofundamento. Assim, houve nítidas incongruências entre a aplicação do currículo proposto pela SEDUC/CE e o que o DCRC previa para o Ensino Médio voltado para itinerários formativos por área de conhecimento com temáticas relacionadas aos temas transversais da BNCC. A saber: Linguagens e suas Tecnologias cujo tema ficou “Comunicação e Cultura na Comunidade”; Matemática e suas Tecnologias intitulado “Matemática, Cidadania e o Mundo do Trabalho”; Ciências da Natureza e suas Tecnologias com o itinerário chamado “Cidadania e Sustentabilidade”; e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas com a temática chamada de “A



diversidade da cearensidade: saberes, linguagens, celebrações, lugares de memória, tradições e identidades”. Para cada um destes itinerários o DCRC traz o conjunto carga-horária, habilidades específicas, objetivos de conhecimento, relações interdisciplinares e até mesmo a relação com as temáticas transversais propostas na BNCC.

Embora as recomendações do Ministério da Educação (MEC) para o ano de 2023 tenham sido de que os itinerários formativos unissem pelo menos duas áreas de conhecimento, e as secretarias estaduais tivessem que se adequar a esta realidade, a secretaria cearense de educação já havia pensado e publicado, no documento referencial, propostas de itinerários integrados como o STEAM (Ciência, Tecnologia, Engenharia, Artes e Matemática), que, no entanto, também foram desconsiderados na construção das diretrizes para 2023. O “Catálogo de Trilhas de Aprofundamento” (CEARÁ, 2023) chega às escolas no início do referido ano e traz consigo novas abordagens e temáticas para se trabalhar com as turmas da segunda série, isto é, são apresentados quatro itinerários formativos que trazem as áreas organizadas duas a duas que, por sua vez, são compostas de unidades curriculares de 2 horas-aula por semana e trazem nomes extravagantes e pouco convencionais em uma tentativa frustrada de se adentrar ao universo do público adolescente do ensino médio diurno, vespertino e integral do Ceará. Abaixo expomos um quadro dos itinerários propostos (Figura 3) e das unidades curriculares que os compunham:

**Figura 3 - Itinerários Formativos propostos pela SEDUC/CE para 2023.**

<p><b>TRILHA 01 FALA AÍ!</b></p> <p>LINGUAGENS → CIÊNCIAS HUMANAS</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>UC01 - Soltando o verbo!</li> <li>UC02 - Comunicar... pra quê?</li> <li>UC03 - Ideias que se tocam: o intertexto na pesquisa.</li> <li>UC04 - No balanço da rede.</li> <li>UC05 - Coeduc- Ferramentas Digitais Contemporâneas.</li> <li>UC06 - LabArte: O corpo fala.</li> <li>UC07 - Menino, tu vai fazer um arte!</li> <li>UC08 - Comunicação no esporte: contextos, falas e gestos.</li> <li>UC09 - O corpo fala: sinais corporais.</li> <li>UC10 - Mundo Jovem: vivências e conectividades.</li> </ul>	<p><b>TRILHA 03 OS ALGARISMOS NA HISTÓRIA</b></p> <p>MATEMÁTICA → CIÊNCIAS HUMANAS</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>UC41 - A história dos algarismos.</li> <li>UC42 - Investigação: como se faz?</li> <li>UC43 - Um passeio pelo infinito.</li> <li>UC44 - Filósofando com os números.</li> <li>UC45 - A matemática das desigualdades.</li> <li>UC46 - A ciência da sorte.</li> <li>UC47 - Mão na massa.</li> <li>UC48 - Protagonismo e tecnologia.</li> <li>UC49 - Na trilha da inovação: tecnologia e meio ambiente.</li> <li>UC50 - A lógica do pensamento filosófico.</li> </ul>
<p><b>TRILHA 02 HUMANOS E MÁQUINAS</b></p> <p>MATEMÁTICA → CIÊNCIAS DA NATUREZA</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>UC21 - Pensamento computacional: da lógica às ações.</li> <li>UC22 - O que eu faço com esses dados?</li> <li>UC23 - Linguagens matemáticas e tecnológicas.</li> <li>UC24 - Linguagem e metodologia científica I.</li> <li>UC25 - Relação humano-máquina.</li> <li>UC26 - Mão na massa.</li> <li>UC27 - Oficina de desenvolvimento de projetos.</li> <li>UC28 - Linguagem e metodologia científica II.</li> <li>UC29 - Destino do lixo eletrônico.</li> <li>UC30 - Seminários sobre novas tecnologias.</li> </ul>	<p><b>TRILHA 04 SUSTENTABILIDADE NO NOSSO MUNDO</b></p> <p>CIÊNCIAS DA NATUREZA → CIÊNCIAS HUMANAS</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>UC61 - Energias sustentáveis I.</li> <li>UC62 - Fontes de energias e impactos ambientais.</li> <li>UC63 - Ciência e natureza, construindo a sustentabilidade.</li> <li>UC64 - Quem cuida do Meio Ambiente - legislação ambiental.</li> <li>UC65 - O impacto da industrialização no meio ambiente.</li> <li>UC66 - Energias sustentáveis II - Oficina.</li> <li>UC67 - Linguagem e pesquisa científica.</li> <li>UC68 - Rodas de conversa sobre responsabilidade social.</li> <li>UC69 - Cidades sustentáveis.</li> <li>UC70 - Mapeando o problema.</li> </ul>

Fonte: Elaboração dos autores (2023).

Um duplo problema é revelado pela descontinuidade entre as propostas de itinerário da SEDUC/CE. Usemos a área de Ciências Humanas para ilustrar o primeiro deles: *o problema dos objetos específicos de conhecimento*. Este primeiro se refere ao fato de que unidades



curriculares, por exemplo, como “Formação socioeconômica e política do povo brasileiro e cearense”, “Transformações geo-históricas no mundo do trabalho” e “Laboratório da Imaginação Sociológica” simplesmente são desconsideradas nos itinerários que tocam a área de ciências humanas para dar lugar a unidades curriculares rotuladas de “No balanço da rede!”, “Mão na massa”, “Menino, tu vai fazer arte!”. Além dos rótulos problemáticos destas unidades, elas também apresentam inconsistências quanto ao conteúdo, uma vez que a secretaria propõe como objetos de conhecimento e conteúdos aspectos ligados aos eixos estruturantes, no caso do primeiro semestre da segunda série, o eixo de investigação científica. Esta questão se agravou quando novos documentos - conjuntos de planos de aula - começam a chegar às escolas para auxiliar a prática docente no que tange às unidades curriculares das trilhas de aprofundamento, mas acabam por piorar a situação, pois são diretrizes extremamente detalhadas que acabam por direcionar demasiadamente o trabalho em sala de aula, fazendo-as funcionar como verdadeiros receituários. Na figura abaixo temos a capa deste documento que trazia os planos de aula e alguns recortes desse receituário chamado pelo documento de “Estratégias metodológicas”.

**Figura 4 - Planos de Aula e estratégias metodológicas propostas pela SEDUC/CE.**

	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Prezada/o professora/or, inicie a aula conduzindo a/o estudante ao primeiro contato com a curiosidade científica. Assim, esclareça que a investigação científica aprimora habilidades comunicativas e argumentativas baseadas na análise de problemáticas ligadas ao dia a dia, aliadas a um olhar ético e respeitoso.</li> <li>2. Em seguida, explique as noções de Assunto-Tema-Problema e apresente alguns exemplos de situações-problema relacionadas ao cotidiano das juventudes, provocando as/os estudantes a pensarem soluções possíveis.</li> </ol>
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Professora/or, nesta aula, leve as/os estudantes para o laboratório de informática e oriente a realização do Diagnóstico do Macrocampo;</li> <li>2. Em seguida, solicite que cada uma/um apresente oralmente, de maneira breve, sua escolha e sua motivação.</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Professora/o, inicie a aula de um modo descontraído, abrindo espaço para dinâmicas breves de apresentação da turma.</li> <li>2. Após este momento “quebra-gelo”, fale sobre a importância da comunicação humana e do uso significativo dos textos nesse processo.</li> <li>3. A partir daí, identifique os elementos que compõem um texto, estimulando a reflexão crítica acerca deles. Na</li> </ol> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Professora/or, inicie esta aula mostrando exemplos de textos e de suas formatações de página, mostrando à/ao aluna/o as variações possíveis.</li> <li>2. Em seguida, explore junto com as/os estudantes as ferramentas de edição e formatação de páginas: colunas, marcadores, cabeçalho, rodapé, links, orientação da página etc.</li> <li>3. Solicite que as/os estudantes realizem, nos seus textos, edições e formatações de página, como: colunas, marcadores, cabeçalho, rodapé, links, orientação da página, etc.</li> </ol>

Fonte: Elaboração dos autores (2023). Base de dados da SEDUC/CE.

O segundo problema se refere a fragilização do processo democrático na construção de uma diretriz curricular, isto é, o DCRC (CEARÁ, 2021) é uma matriz curricular construída por inúmeros profissionais que surge a partir de debates, correções, leituras críticas e estabelece

um diálogo com docentes, gestores e demais membros das comunidades escolares. Ao desconsiderar esse processo de construção coletiva horizontal e efetivar a implementação do novo ensino médio, em seu ano inicial e nos desdobramentos no ano de 2023, a partir de outros documentos, verticalizados e descontínuos, oriundos dos gabinetes da SEDUC/CE ou a partir de encomendas às instituições privadas.

### **3.2 Lamúrias e ladainhas: o que dizem aqueles que estão na escola?**

Nesta seção de exposição dos dados gerados por meio do questionário, é fundamental afirmar que cada uma das lamúrias e ladainhas são plenamente justificáveis, haja vista que os documentos que chegaram às escolas cearenses são motivadores de debates ora calorosos, ora chorosos. Os questionários enviados virtualmente aos docentes e gestores obtiveram pouca aderência e conseqüentemente um quantitativo de respostas abaixo do esperado. Porém, uma ressalva precisa ser feita: dentro da perspectiva crítica de nossa análise qualitativa, essa baixa adesão não deve passar despercebida e sim ser vista como sintoma de uma rede composta por professoras e professores em situação de sobrecarga de trabalho que não conseguem tirar alguns minutos de seu dia para se voluntariar a uma atividade de pesquisa.

Portanto, mais do que apresentar uma dimensão probabilística através de variáveis estatística como universo amostral, população, entre outros termos de força mais matemática e quantitativa, as respostas colhidas são consideradas em sua dimensão qualitativa para qualificar o debate construído até aqui e dar voz aos atores educacionais que no meio de tantas demandas, conseguem ter fôlego para participar de uma consulta científica.

No questionário, elaborado com suporte da plataforma Google Forms, foram organizadas quatro seções para tratar o ponto de vista dos profissionais cearenses acerca de alguns aspectos referentes à implementação. Devido à brevidade desta discussão encetada, estão presentes nas análises a seguir apenas algumas das 17 questões organizadas no questionário. Dividido em quatro eixos temáticos, conforme explicitado anteriormente, selecionados um tópico de cada uma dessas seções.

No primeiro eixo, dos 31 profissionais que responderam às questões, 45,2% são professores de Ciências Humanas; 29% são de Linguagens e Códigos; 16,1% são de Ciências da Natureza; 6,5% são de Matemática; e, por fim, 3,2% estão atualmente em cargo de gestão escolar.

No segundo eixo, selecionamos a questão sobre quais as impressões gerais dos profissionais sobre o processo de implementação. As sete colocações a seguir destacam-se entre



as respostas, estas que, em vários casos, se repetiam ao qualificar o processo como “horrrível”, “péssimo”, “negativo”, sem desenvolvimento de seus respectivos pontos de vista. Contrapondo a esse tipo de resposta, os seguintes posicionamentos delineiam ideias que vêm emergindo diante de uma insatisfação aparente do corpo docente sobre a implementação do NEM na rede cearense, conforme exposto no Quadro 1.

**Quadro 1** - Falas extraídas dos questionários na questão “Quais as impressões gerais sobre o processo de implementação?”

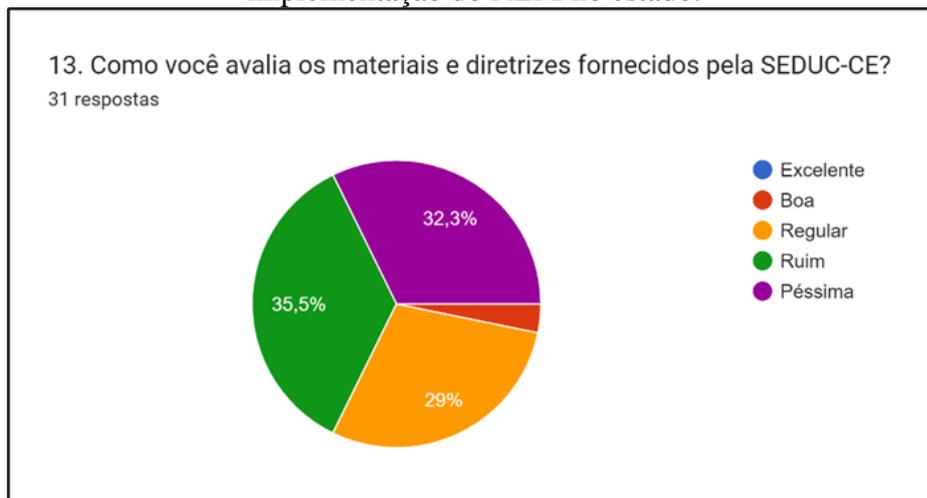
<b>Fala 01</b>	<i>O processo de implementação não ocorreu em diálogo com as escolas. A escola em que leciono era uma escola piloto e, apesar de termos seguido as orientações do projeto, em nenhum momento houve interesse e iniciativa por parte da SEDUC para acompanhar o que estávamos construindo naquele período. Foi um processo unilateral, sem diálogo com a comunidade escolar.</i>
<b>Fala 02</b>	<i>Péssimo, não ouviram a opinião dos professores, nas consultas realizadas, implementação sem diálogo com a escola.</i>
<b>Fala 03</b>	<i>Algo que veio de cima para baixo!! Não respeitou quem está realmente no dia a dia no chão da escola.</i>
<b>Fala 04</b>	<i>Um modelo na qual à população estudantil ainda não estava preparada e tão pouco teve intervenções para adaptar o educando para transição</i>
<b>Fala 05</b>	<i>Falta de diálogo profundo com a categoria de professores e pesquisadores da área educacional sobre a política e plano de educação. Falta de investimento em infraestrutura, tecnologia, formação e contratação de professores. Corte e redução nas verbas educacionais.</i>
<b>Fala 06</b>	<i>Na minha opinião o desafio maior são os livros didáticos, pois os de Ciências Humanas exclui totalmente a Geografia Física, no entanto no Enem será cobrado do aluno esse conhecimento que lhe foi negado devido a esse NEM.</i>
<b>Fala 07</b>	<i>[...] em nome das competências, as disciplinas escolares se descaracterizaram, em nome de uma suposta flexibilidade interdisciplinar que não oferece condições concretas para sua construção no chão da escola. Esse aspecto se revela também no caráter impositivo do processo de escolha das novas coleções didáticas, que foram encaminhadas para análise dos professores durante o período de férias, sem tempo e discussão hábil aos docentes que escolheriam uma mesma coleção para toda a área.</i>

**Fonte:** Elaboração dos autores (2023).

Diante desse cenário explicitado por meio das falas dos professores, compreendemos que colocações como a Fala 01, na qual o participante evidencia que “O processo de implementação não ocorreu em diálogo com as escolas”, e como a Fala 05, no trecho em que o participante enfatiza que “Falta de diálogo profundo com a categoria de professores e pesquisadores da área educacional sobre a política e plano de educação”, corroboram a ideia de que houve um modelo imposto sem diálogo entre todas as partes essenciais do processo de implementação de um novo currículo. Assim,

Quando às respostas em uma questão selecionada do terceiro eixo, a maioria dos profissionais expôs uma ideia que vai ao encontro de nossa compreensão acerca da qualidade dos materiais disponibilizados pela SEDUC/CE. Nesse sentido, dos 31 participantes, 11 apontaram os materiais e diretrizes fornecidos pela SEDUC-CE como ruins; 10 responderam que tais documentos são péssimos; 9 optaram por qualificar os materiais como regular, enquanto 1 participante caracterizou-os como bons.

**Figura 5** - Avaliação do material disponibilizado pela secretaria para subsidiar a implementação do NEM no estado.

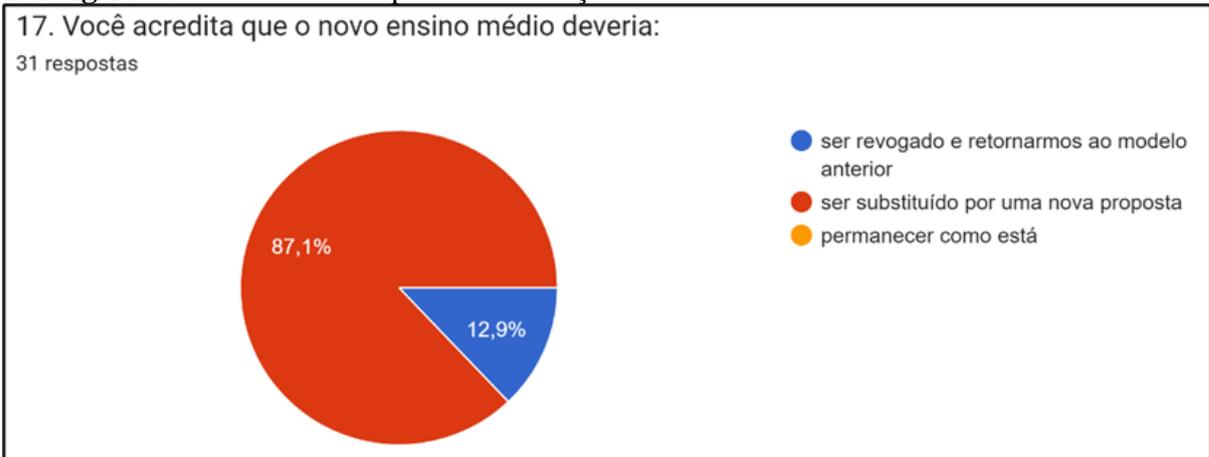


Fonte: Elaboração dos autores (2023).

Assim, conforme Figura 5, é possível inferir que os profissionais de educação que estão desenvolvendo suas atividades na prática a partir das orientações oriundas dos documentos mencionados concebem essa base documental de forma negativa. Isso porque, diante da relação abissal entre os materiais e as necessidades situadas à comunidade escolar, ficou evidente a contrariedade do corpo docente frente à imposição e implementação unilateral de um currículo que foi capaz de amofinar a rotina de professores da rede de ensino cearense.

Por fim, no último eixo, voltado para o “futuro do Novo Ensino Médio”, evidenciamos o posicionamento demarcado pelos participantes sobre qual a decisão adequada a se tomar sobre o atual NEM. Nos dados gerados, das 31 pessoas que responderam, 87,1% assumem que o NEM deve ser substituído por uma nova proposta; 12,9% posicionaram-se a favor da revogação junto à retomada do modelo anterior; e nenhuma pessoa concorda com a permanência da estruturação curricular do NEM como está.

Figura 6 - Gráfico das respostas em relação ao futuro do novo ensino médio no Ceará.



Fonte: Elaboração dos autores (2023).

Isso posto, com base na Figura 6, é pertinente considerar que, em meio a duas respostas que indicam a revogação da organização atual do NEM, seja por meio de retorno ao modelo anterior seja por meio de uma nova proposta curricular, a permanência sequer é cogitada pelos participantes da pesquisa. Dessa maneira, os dois grupos de respostas acordam, apesar da divergência sobre qual caminho curricular percorrer, quanto à impraticabilidade de uma rotina escolar pautada em orientações impositivas, descontextualizadas e nada situadas às necessidades reais das escolas cearenses.

#### 4 CONCLUSÕES: COMO CHAMAREMOS A NOVA PROPOSTA DE NOVO ENSINO MÉDIO?

Alguns dos documentos citados e apresentados neste texto não estão publicados nos sites da secretaria, os Planos de Aulas das trilhas de aprofundamento são um exemplo disso. No entanto, a circulação desses materiais em grupos de WhatsApp e por meio de e-mails e repositórios institucionais da SEDUC/CE faz com que os materiais cheguem até as escolas mesmo que em versões preliminares.

As mudanças curriculares propostas pelo NEM não esgotam os problemas da rede de educação do Ceará. Meia dúzia de argumentos rasos e documentos ininteligíveis não resolverão os reais entraves enfrentados por estudantes, professores e gestores diariamente. Não é pretensão do presente texto argumentar que o currículo não deve ser objeto de atenção, sobretudo depois de tantos movimentos nacionais de centralização, mas não é cabível afirmar que as mudanças propostas pela Lei que reformou o ensino médio sejam suficientes para engajar

os estudantes, reduzir os números da evasão escolar e melhorar os indicadores quantitativos sondados pelos sistemas de avaliação.

Por outro lado, é urgente uma análise qualificada de tantas discontinuidades percebidas ao longo do processo de implementação cearense, afinal os principais prejudicados neste processo serão os estudantes, uma vez que reformar o ensino médio também significa mexer no principal sistema de avaliação desta etapa de ensino, o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM. Por fim, estaremos, enquanto rede de educação, condenando uma geração de estudantes ao insucesso na avaliação final e, por consequência, assegurando seu inaccessível ao ensino superior? Sendo assim, a lista a seguir traz os principais problemas detectados ao longo dos dois primeiros anos da implementação.

- A. A proposta de NEM do Ceará é descontinuada em relação ao DCRC que já previa uma proposta;
- B. Os eixos estruturantes foram mal interpretados e viraram conteúdos das unidades curriculares das trilhas de aprofundamento;
- C. Os professores não receberam formação adequada e específica para trabalharem a partir de 2023 com as trilhas de aprofundamento;
- D. A SEDUC reaproveitou uma “sucata educacional” que já existiria na rede na hora de construir a nossa proposta de novo ensino médio;
- E. O projeto “Foco na Aprendizagem”, um dos carro-chefe da rede, é completamente deslocado da realidade fazendo um trabalho paralelo ao novo ensino médio;
- F. A Secretaria Municipal de Fortaleza (SME) segue trabalhando de forma desconectada da SEDUC, pois o antigo ensino fundamental ainda não conversou de forma efetiva com o novo ensino médio;
- G. O pós pandemia e a política de reprovação zero como um entrave ao engajamento dos estudantes e a recomposição de aprendizagens defasadas.

Nos últimos meses de 2023, o MEC, atendendo às pressões, apresentou à sociedade brasileira o Projeto de Lei 5230/2023, que redefine a política do Ensino Médio no Brasil. O projeto do Dep. Mendonça Filho, ex-ministro da educação do Governo Temer e atualmente deputado federal, traz mudanças na proporção entre a carga horária da Formação Geral Básica (FGB) e dos itinerários formativos. Isso significa que, na prática, o que antes estava na proporção de 60% e 40%, respectivamente, com a aprovação das mudanças deve assumir a proporção de 80% e 20%, considerando uma ampliação da FGB, composta pelos componentes curriculares tradicionais, dentro da nova estrutura curricular (BRASIL, 2023).

Dentre os principais problemas identificados, é fundamental pontuar que o terceiro ano da implementação no Ceará e em boa parte do Brasil avança para uma nova fase: em 2024 o novo ensino médio terá atingido todas as três séries do ensino médio o ciclo de transição está “concluído”. As aspas servem para destacar a parcialidade dessa conclusão, pois as turmas de ensino médio noturno e EJA ainda não concluíram a transição para o novo modelo. Além disso, com as mudanças que virão com o projeto de lei que reformula novamente a proposta de ensino médio no Brasil, talvez tenhamos para o ano de 2024 nas escolas cearenses: o novo ensino médio e o novíssimo ensino médio.

## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Maria Adailza M. de et al. (org.). **Manifesto**: crítica às reformas neoliberais na educação – prólogo do Ensino de Geografia. Marília: Lutas Anticapital, 2021.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto do governo federal redefine diretrizes do ensino médio no País**. Notícias. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/1012689-projeto-do-governo-federal-redefine-diretrizes-do-ensino-medio-no-pais/>. Acesso em: 27 nov. 2023.
- BRASIL. **Lei 13.415 de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n° 5.452, de 1° de maio de 1943, e o Decreto-Lei n° 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei n° 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm)>. Acesso em: 19 fev. 2023.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Base Nacional Comum Curricular**: Educação é a base. Brasília: MEC/CNE, 2018.
- CÁSSIO, F. (Org.). **Educação contra a barbárie**: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.
- CÁSSIO, F. L. Base Nacional Comum Curricular: ponto de saturação e retrocesso na educação. **Retratos da Escola**, [S. l.], v. 12, n. 23, p. 239–254, 2018. DOI: 10.22420/rde.v12i23.887. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/887>. Acesso em: 12 mai. 2023.
- CÁSSIO, F.; GOULART, D. C. A implementação do Novo Ensino Médio nos estados: das promessas da reforma ao ensino médio nem-nem. **Retratos da Escola**, [S. l.], v. 16, n. 35, p. 285–293, 2022. Disponível em: <<https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1620>>. Acesso em: 12 maio. 2023.



CEARA, Secretária da Educação do Estado do Ceará. **Documento Curricular Referencial do Ceará: educação infantil e ensino fundamental**. Fortaleza: Secretária da Educação do Estado do Ceará. 2019.

CORTI, Ana Paula. “Ensino médio: entre a deriva e o naufrágio”. In: CÁSSIO, F. (Org.). **Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

GONÇALVES, J. A Geografia Escolar e a reorganização curricular provocada pela reforma do Ensino Médio. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, [S. l.], v. 13, n. 23, p. 05–20, 2023. DOI: 10.46789/edugeo.v13i23.1153. Disponível em: <https://revistaedugeo.com.br/revistaedugeo/article/view/1153>. Acesso em: 10 mai. 2023.

MARTÍNEZ, LFP. A pesquisa qualitativa crítica. In: **Questões sociocientíficas na prática docente: Ideologia, autonomia e formação de professores** [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

MELO, Mileide Cristina de Moura. **A atuação do Instituto Unibanco no Ensino Médio brasileiro e a formulação em rede de novos consensos sobre educação**. Campinas, SP: [s.n.], 2022. Orientador: Mariana Miggiolaro Chaguri. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

**NOSSO ENSINO MÉDIO**. 2023. Disponível em: <<https://nossoensinomedio.org.br/>>. Acesso em: 27 nov. 2023.